

Geopolítica da Biodiversidade

Sarita Albagli

Brasília

Edições Ibama, 1998

PHILIPPE POMIER LAYRAGUES*

O livro da socióloga Sarita Albagli, editado pelo Projeto de Divulgação Técnico-Científica do Ibama, é o resultado de uma versão abreviada de sua tese de doutoramento em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientada pela geógrafa Bertha K. Becker, a autora fornece uma abrangente visão de como a biodiversidade, às vésperas da virada do milênio, assumiu um papel estratégico no desenvolvimento sustentável e na geração de riqueza de uma nação.

Estruturado em seis capítulos, o livro inicialmente examina como a Ciência e Tecnologia (C&T) foi paulatinamente se transformando não só em bem mercantil, mas em um valioso instrumento de competitividade, privatizado e comercializado por grandes agentes econômicos que, para manter o caráter estratégico, enquadraram o conhecimento intelectual no sistema de direitos de patentes. A seguir, analisa como a questão da biodiversidade assumiu um duplo desafio diante tanto da urgência de sua proteção como do aproveitamento do seu potencial econômico; como a Convenção sobre Diversidade Biológica vem regulando os conflitos advindos dos interesses

divergentes entre os atores sociais envolvidos; como a biodiversidade foi institucionalizada no Brasil, apresentando um enfoque analítico debruçado sobre a legislação recente; e como a Amazônia se constituiu na maior fronteira geopolítica da biodiversidade. Conclui, entre outras coisas, que a biodiversidade integra uma dinâmica em que C&T e meio ambiente adquirem a condição de variáveis estratégicas no jogo das forças internacionais neste final de século. Lembra, por fim, que este caráter estratégico que a biodiversidade assume só poderá ser aproveitado pelo Brasil – o campeão da megadiversidade e detentor da maior faixa contínua de floresta tropical do planeta – se o país implementar políticas que viabilizem o aproveitamento do potencial econômico dos recursos naturais, sobretudo dos genéticos.

Apresentando o tema neste percurso, sua contribuição com esta obra corresponde à elaboração de uma argumentação que demonstra com clareza como a biodiversidade deixou de ser apenas uma questão de ordem científica e ecológica para se tornar também uma questão de ordem política.

Sarita revela que a biodiversidade não é mais uma questão de caráter meramente ecológico, que necessita de argumentos éticos ou biológicos para justificar a sua conservação. A autora sublinha que não são apenas os problemas de erosão genética, extinção de espécies e destruição de ecossistemas que se constituem no foco central da perda da biodiversidade, mas é também a promessa de lucros astronômicos baseados na exploração genética pela indústria da biotecnologia que pode ser quebrada. E isso inaugura a fase em que o critério

* Doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP.

econômico se torna o principal argumento para justificar a necessidade de se proteger a biodiversidade.

A motivação determinante desta mudança de enfoque deve-se à recente possibilidade de manipulação da vida no seu nível genético, através do avanço da fronteira da C&T pela biotecnologia, potencializando amplamente as suas aplicações e aumentando o interesse de importantes segmentos econômicos e industriais sobre a biodiversidade. Afinal de contas, o que está em jogo agora é o futuro de grandes corporações multinacionais privadas de biotecnologia e o destino de uma significativa reserva de mercado, tendo como pano de fundo o álibi dos interesses gerais da humanidade, como a segurança alimentar mundial e a possibilidade de descobertas de novas drogas medicinais. Mas o que está em jogo também é o próprio destino das estratégias de conservação da biodiversidade, uma vez que o pragmatismo econômico pode revelar-se frágil, à medida que depende da nossa habilidade em demonstrar os benefícios econômicos da biodiversidade para a humanidade. Em última análise, expõe a visão utilitarista em sua total crueza, pois possibilita perguntas como “afinal, para que serve a biodiversidade?”

Em todo caso, a partir do vínculo estabelecido entre diversidade genética, C&T, mercado e competitividade, desenha-se um novo modelo de exploração da natureza. Nesse sentido, a autora vem preencher uma lacuna no conhecimento sobre a complexa questão da biodiversidade, desnudando a sua dimensão geopolítica, até este momento amplamente incompreendida. De fato, não é por acaso que alguns cientistas ainda se revelam surpresos com a íntima

relação estabelecida de forma tão súbita entre a biodiversidade, a biotecnologia e o biobusiness.

Reconhecendo que por um lado amplia-se a superioridade científico-tecnológica dos países do Norte, mas por outro lado aumenta a consciência do valor econômico da biodiversidade como matéria-prima da biotecnologia pelos países do Sul, a autora confirma que é na disputa sobre a regulação do controle e acesso à (riqueza da) biodiversidade que se estabelecem os principais pontos de conflito e negociação, pois são os países do Norte que possuem os meios tecnológicos para transformar em mercadoria a valiosa matéria-prima localizada nos países do Sul. O cerne do conflito e da negociação localiza-se então na polarização entre o livre acesso aos recursos biológicos, postura defendida pelo Norte, e o respeito à soberania nacional dos Estados detentores destes recursos, postura defendida pelo Sul.

Um único aspecto, porém, deixa a obra com ar de incompleta: a ausência de discussão de dois temas atualmente em cena no debate da sociologia ambiental - o *conflito* e a *justiça socioambiental* e a construção da *sociedade de risco* - que, sob a ótica da biodiversidade, podem adquirir ainda maior relevância teórica e empírica.

A Convenção da Diversidade Biológica está assentada sobre três pilares: a conservação da biodiversidade; seu uso sustentável; e a distribuição justa e equitativa dos benefícios oriundos desse uso sustentável. A melhor forma de proteção da biodiversidade recomendada pela CDB é o uso sustentável de modo associado à conservação, mas contemplando evidentemente a reparação dos

benefícios. Sarita evidencia, em várias passagens no seu livro, qual é a exata dimensão da biopirataria praticada pelos países do Norte, apropriando-se indevidamente tanto dos recursos biológicos como dos conhecimentos tradicionais a eles associados. Ao mesmo tempo, revela como a legislação brasileira está sendo incapaz de proteger tanto os interesses soberanos nacionais como o próprio reconhecimento dos direitos intelectuais das populações tradicionais. Evidencia ainda qual é o grau de dificuldade para a transferência de tecnologia, uma vez que esta é peça chave da competitividade. Portanto, os dados reunidos pela autora permitem concluir que a Convenção sobre Diversidade Biológica está até o momento sendo claramente desrespeitada, pois não há sinais de partilha justa e equitativa dos benefícios oriundos do uso sustentável da biodiversidade. Esta constatação é equivalente aos resultados verificados em diversos estudos de caso analisados sobre a justiça ambiental e os conflitos socioambientais, em que as minorias étnicas e populações ou países pobres são geralmente as mais afetadas pelos riscos ambientais em disputas geopolíticas.

Além disso, o uso sustentável direto da biodiversidade admite duas vertentes de consecução: uma primeira, de alta densidade tecnológica, representada pela biotecnologia; e uma segunda, de baixa densidade tecnológica, representada pelo extrativismo vegetal. Evidentemente, a vertente que melhor corresponde ao critério de produtividade máxima a curto prazo, e com vultosas fontes de lucro, é o uso do recurso genético pela biotecnologia, até porque o extrativismo tem sido apontado por economistas como

uma atividade economicamente não sustentável. Porém a biotecnologia ainda é uma prática envolta por acaloradas e controversas polêmicas científicas, a respeito da possibilidade dos riscos ambientais/tecnológicos associados, a ponto de se formarem institucionalmente instâncias responsáveis pela chamada Biossegurança. Em última análise, o significado do investimento nesta vertente de uso sustentável reside no aprofundamento da construção da sociedade de risco, um projeto de sociedade baseado na crescente elevação do risco tecnológico devido à intensificação do uso de sistemas de alta densidade tecnológica, cujos efeitos colaterais são cada vez mais imprevisíveis e desconhecidos.

Além disso, há que se considerar ainda a relação que a biotecnologia estabelece com a biodiversidade, como já foi mostrado por Santos (1994). A biotecnologia na verdade parece ser um modo sofisticado de submeter a biodiversidade às leis do mercado, se nutrindo, como um parasita, da repulsa pela natureza e não por uma aspiração a um reencontro harmonioso. À medida que a biotecnologia vem produzindo uniformidade e homogeneidade, partindo do diverso para reduzi-lo ao uniforme, como se pode esperar que a biotecnologia, enquanto uma força produtora de uniformidade, conserve a biodiversidade? Esta última comporta-se apenas como se fosse itens armazenados (desorganizadamente) num almoxarifado que posteriormente serão encaminhados ao laboratório para futura transformação em produto mercantil. Isso significa que investir todas as fichas na biotecnologia pode representar um risco adicional

necessário a ser considerado nas estratégias conservacionistas, já que persistem incertezas se este modelo de uso da biodiversidade é de fato sustentável, conforme preconiza a CDB.

Enfim, a obra mostra como a biodiversidade deixou de ser uma questão meramente ecológica e se tornou uma questão geopolítica. Este poderia ser o subtítulo do livro de Sarita, uma obra de leitura obrigatória não apenas aos estudiosos da relação Ambiente & Sociedade, mas também pelo público em geral, pois tanto a autora como a editora possuem o mérito de cumprir com esta importante tarefa que é a divulgação da ciência, de forma tão competente.

NOTAS

SANTOS, L.G. "A encruzilhada da política ambiental brasileira", *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 38:168-188.1994.